



MAGÉ - RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGÉ -
RIO DE JANEIRO - RJ

Professor I - Educação Física

EDITAL DE ABERTURA 01/2024

CÓD: OP-013JN-24
7908403567454

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de texto	9
2. Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia	16
3. Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica.....	19
4. Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação	22
5. Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões	24
6. Termos da oração: identificação e classificação; Processos sintáticos de coordenação e subordinação; Classificação dos períodos e orações	30
7. Concordância nominal e verbal	34
8. Regência nominal e verbal.....	36
9. Emprego do acento indicativo de crase	38

Legislação Municipal

1. Lei Orgânica do Município de Magé/RJ	45
2. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Magé/RJ	76
3. Regimento das Unidades Educacionais (Decreto 3793/2024)	101
4. LEI N°1642 - Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Magé	129

Conhecimentos Pedagógicos

1. História da Educação.....	145
2. Filosofia da Educação.....	151
3. Educação no mundo atual	152
4. Relacionamento professor e aluno	153
5. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem	154
6. Papel do professor	160
7. Função e papel da escola.....	161
8. Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental: teorias e práticas	162
9. Tendências do pensamento pedagógico.....	163
10. Avaliação da aprendizagem escolar	165
11. Atividades recreativas.....	166
12. Aprendizagem: leitura e escrita	167
13. Processo ensino-aprendizagem: avaliação	167
14. Planejamento de aula e avaliação de aprendizagem.....	168
15. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades	171
16. Instrumentos e atividades pedagógicas.....	176
17. Métodos de alfabetização.....	177

ÍNDICE

18. Didática: métodos, técnicas, recursos e material didático.....	178
19. Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares	182
20. Legislação da Educação Básica.....	188
21. Políticas Públicas da Educação Básica	189
22. Financiamento e Gestão da Educação	190
23. O Projeto Político Pedagógico da Escola	191
24. Rotina e gestão em sala de aula.....	193
25. Questões das relações do grupo.....	194
26. Relação família x escola	194
27. Ação pedagógica	201
28. Objetivos do Ensino Fundamental	202
29. Brincar e Aprender.....	203
30. Aprendendo a Aprender	204
31. Identificação da população a ser atendida, a atividade econômica, o estilo de vida, a cultura e as tradições.....	208
32. Interação social	209
33. Resolução de problemas.....	210
34. Organização do currículo	211
35. Erro e aprendizagem.....	213
36. A construção do conhecimento	214
37. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	216
38. Lei Federal nº 9.394 de 20/12/1996	216
39. Lei Federal nº 10.793, de 01/12/2003 – Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional	235
40. Lei Federal nº 10.639/03 – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira”, e dá outras providências	236
41. Lei Federal nº 11.114, de 16/05/05 – Altera os artigos 6º, 30, 32 e 87 da Lei 9394/96, com o objetivo de tornar obrigatório o início do Ensino Fundamental aos seis anos de idade	236
42. Lei Federal 11.274, de 06/05/06 – Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade	236
43. Lei Federal nº 12.976, de 04/04/2013 – Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências	237
44. Resolução nº 4/10 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	238
45. Resolução nº 7/10 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	248
46. Parecer nº 11/2010 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	256
47. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90	272
48. Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/15	313
49. Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/14	331
50. Base Nacional Comum Curricular/2018	346

Conhecimentos Específicos

Professor I - Educação Física

1. O currículo escolar, a prática educativa e a função pedagógica.....	395
2. Planejamento, projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.....	397
3. Conhecimentos específicos e diferentes possibilidades de inserção na escola das culturas corporais de movimento: jogos, esporte, ginástica, lutas, dança e capoeira	403
4. Abordagens pedagógicas, concepção de aprendizagem, objetivos, planejamento, metodologia, conteúdos e avaliação	417
5. O desenvolvimento motor na infância e adolescência	427
6. Atividade física e saúde.....	428
7. Inclusão dos alunos com deficiência na Educação Física	429
8. Principais características, implicações e considerações sobre a prática de atividades físicas	434
9. Educação Física e socorros de urgência	438
10. Respostas fisiológicas ao exercício físico.....	442
11. Conhecimentos básicos em Informática	450
12. Ética profissional	478

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela

seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAGÉ/RJ

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE MAGÉ, DE 05 DE ABRIL DE 1990

Nós, Vereadores Constituinte, no exercício dos poderes outorgados pelo § único do Artigo 11 do Ato das Disposições transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgado em 05 de outubro de 1988; e artigo 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989 reunidos em Assembléia e exercendo nossos mandatos em perfeito acordo com a vontade política e destinado a assegurar os anseios dos cidadãos Mageenses, dentro dos limites autorizados pelos princípios Constitucionais que disciplinam a Federação Brasileira, promulgamos, sob a proteção, de Deus a presente LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MAGÉ.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Magé, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade Territorial que integra a organização político administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º O Município integra a divisão administrativa do Estado.

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e, tem a categoria de cidade, enquanto a sede do distrito tem a categoria de vila.

Art. 5º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo único. O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e, de outros recursos minerais de seu território.

Art. 6º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira, o Hino, Emblemas e SLOGANS representativos de sua cultura e história.

(Nova redação dada pela Emenda nº 042, de 09/08/2001).

TÍTULO II DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL (ARTS. 7º E 8º)

Art. 7º Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e, na legislação estadual pertinente;

V - instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

VI - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:

(A) transporte coletivo urbano e intramunicipal, que terá caráter essencial;

(B) abastecimento de água e esgotos sanitários;

(C) mercados, feiras e matadouros locais;

(D) cemitérios e serviços funerários;

(E) iluminação pública;

(F) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo.

VII - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;

VIII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população, bem como dar proteção e garantias às pessoas portadoras de deficiências;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;

X - promover a cultura e a recreação;

XI - fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

XIII - realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixados em lei municipal;

XIV - realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XV - realizar programas de alfabetização;

XVI - realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios, e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII - elaborar e executar o plano diretor;

XIX - executar obras de:

(A) abertura, pavimentação e conservação de vias;

(B) drenagem pluvial;

(C) construção e conservação de estradas, parques, jardins, e hortos florestais;

(D) construção e conservação de estradas vicinais;

(E) edificação e conservação de estradas vicinais;

f) construção de cemitérios e conservação dos existentes, bem como das capelas mortuárias.

XX - Fixar:

(A) tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis e veículos de aluguel;

(B) horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais comerciais e de serviços.

XXI - sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XXII - regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XXIII - conceder licença para:

(A) localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços;

(B) a fixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;

(C) exercício de comércio eventual ou ambulante;

(D) realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos observadas as prescrições legais;

(E) prestação dos serviços de táxis.

XXIV - estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos conforme dispuser a lei;

XXV - fixar as datas dos feriados municipais;

XXVI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e, exploração de recursos hídricos e minerais em seus limites territoriais;

XXVII - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento, cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde, à higiene, a segurança e ao sossego;

XXVIII - isenta da licença de localização os profissionais do Direito estabelecido no Município, face de sua indispensabilidade à administração da justiça (Art. 133 da C.C.), bem como em face do Múnus Público da função do Advogado, previsto pela Lei 8906/94.

(Nova redação dada pela Emenda nº 024, de 17.12.97.)

Art. 8º Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

TÍTULO III DO GOVERNO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DOS PODERES MUNICIPAIS - (ART. 9º)

Art. 9º O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo único. É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL - (ARTS. 10 A 12)

Art. 10. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores eleitos para cada legislatura, entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Parágrafo único. Cada legislatura terá duração de 04 (quatro) anos.

Art. 11. O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal observados os limites estabelecidos na Constituição Federal e as seguintes normas:

I – O número de Vereadores do Município de Magé será de 21(vinte e um), obedecendo sempre no que couber o Art. 29, inciso IV da Constituição Federal, observando os seguintes limites:

(Nova redação dada pela Emenda nº 03, de 29/12/2008).

Nº de Habitantes do Município Nº de Vereadores

Até 47.619 habitantes 09 (Nove)

De 47.620 até 95.238 10 (Dez)

De 95.239 até 142.857 11 (Onze)

De 142.858 até 190.476 12 (Doze)

De 190.477 até 238.095 13 (Treze)

De 238.096 até 285.714 14 (Quatorze)

De 285.715 até 333.333 15 (Quinze)

De 333.334 até 380.952 16 (Dezesseis)

De 380.953 até 428.571 17 (Dezessete)

De 428.572 até 476.190 18 (Dezoito)

De 476.191 até 523.809 19 (Dezenove)

De 523.810 até 571.428 20 (Vinte)

De 571.429 até 1.000.000 21 (Vinte e um)

II - o número de habitantes a ser utilizado com base de cálculo do número de vereadores, será aquele fornecido, mediante certidão, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

III - o número de vereadores será fixado, mediante decreto legislativo, até o final da sessão legislativa do ano que anteceder às eleições;

IV - a Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional - Eleitoral, logo após sua edição, cópia do decreto legislativo de que trata o inciso anterior.

Art. 12. Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e, de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO II DA POSSE (ART. 13)

Art. 13. A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1.º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros.

§ 1º Sob a presidência do vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, do mais votado entre os presentes, os demais vereadores prestarão compromisso e tomarão posse, cabendo ao Presidente prestar o seguinte compromisso:

“PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DE SEU POVO”.

§ 2º Prestado o compromisso pelo Presidente, o Secretário que for designado para esse fim fará a chamada nominal de cada vereador, que declarará: “Assim o prometo”.

§ 3º O vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo, aceito pela Câmara Municipal.

§ 4º No ato da posse, os vereadores deverão desincompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e, divulgadas para o conhecimento público.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL (ARTS. 14 E 15)

Art. 14. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal, e a estadual, notadamente no que se diz respeito:

(A) à saúde, à assistência pública e a proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(B) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os documentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;

(C) a impedir evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;

(D) à abertura de meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

(E) à proteção ao meio ambiente e ao combate à poluição;

f) ao incentivo à indústria e ao comércio;

g) à criação de distritos industriais;

h) ao fomento da produção agropecuária e à organização do abastecimento alimentar;

i) à promoção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;

j) ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

l) ao registro, ao acompanhamento à fiscalização das concessões de pesquisa e exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;

m) ao estabelecimento e à implantação da política de educação para o trânsito;

n) à cooperação com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar, atendidas as normas fixadas em lei complementar Federal;

o) ao uso e ao armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins;

p) às políticas públicas do Município.

II - tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

III - orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de pagamento;

V - concessão de auxílios e subvenções;

VI - concessão e permissão de serviços públicos;

VII - concessão de direito real de uso de bens municipais;

VIII - alienação e concessão de bens imóveis;

IX - aquisição de bens imóveis, quando se tratar de doação;

X - criação, organização e supressão de distritos observada a legislação estadual;

XI - criação, alteração e extinção de cargos, empregos, e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;

XII - plano diretor;

XIII - dar denominação a próprios, vias e logradouros públicos;

(Nova redação dada pela Emenda nº 002, de 13/06/91.)

XIV - guarda municipal destinada a proteger bens, serviços e instalações do Município;

XV - ordenamento, parcelamento uso e ocupação do solo urbano;

XVI - organização e prestação de serviços públicos.

Art. 15. Compete a Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa Diretora, bem como destituir-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

II - elaborar o seu Regimento Interno;

III - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto no Inciso V do Art. 29 da Constituição Federal e o estabelecido nesta Lei Orgânica;

IV - exercer, com auxílio do Tribunal de Contas ou órgão Estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;

V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo;

VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

VII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração;

VIII - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;

IX - mudar temporariamente a sua sede;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta e fundacional;

XI - proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentados à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;

XII - processar e julgar os vereadores, na forma desta Lei Orgânica;

XIII - representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de dois terços dos seus membros, contra o Prefeito, o Vice-Prefeito, e Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza, pela prática de crime contra a Administração Pública que tiver conhecimentos;

XIV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito conhecer de suas renúncias e afastá-los definitivamente do cargo, nos termos previstos em lei;

XV - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, e aos Vereadores para afastamento do cargo;

XVI - criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;

XVII - convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;

XVIII - solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referente à Administração;

XIX - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XX - decidir sobre a perda de mandato de vereador por voto secreto de 2/3 (dois terços) dos vereadores, conforme Decreto Lei n.º 201;

XXI - conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante Projeto de Resolução aprovado por maioria de 2/3 (dois terços) de seus membros, por voto secreto;

XXII - solicitar em conformidade com a Legislação vigente, a intervenção do Poder Judiciário, para fazer cumprir a lei, toda vez que os órgãos da Administração direta ou indireta do Município, deixarem de cumprir o prazo de 30 (trinta) dias para o fornecimento de informações e encaminhamento de documentos, requeridos pela Câmara, em especial as normas contidas no Decreto Lei n.º 201;

XXIII - Fica instituído o laurel “Medalha do Mérito Municipal Padre José de Anchieta”, a ser outorgado, anualmente, pela Câmara, a personalidade que tenha prestado serviços relevantes à Comunidade Mageense, por votação da maioria de seus membros.

SEÇÃO IV DO EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS (ARTS. 16 E 17)

Art. 16. As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

§ 1º A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade.

§ 2º A consulta só poderá ser feita no recinto da Câmara e haverá pelo menos 3 (três) cópias à disposição do público.

§ 3º A reclamação apresentada deverá:

I - Ter a identificação e qualificação do reclamante;

II - ser apresentada em 4 (quatro) vias no protocolo da Câmara;

III - conter elementos e provas nas quais se fundamenta o reclamante.

§ 4º As vias de reclamação apresentadas no protocolo da Câmara terão a seguinte destinação:

I - a primeira via deverá ser encaminhada pela Câmara ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente, mediante ofício;

II - a Segunda via deverá ser anexada às contas à disposição do público pelo prazo que restar ao exame e apreciação;

III - a terceira via se constituirá em recibo do reclamante e deverá ser autenticada pelo servidor que a receber no protocolo;

IV - a Quarta via será arquivada na Câmara Municipal.

§ 5º A anexação da Segunda via de que trata o inciso II do § 4.º, deste artigo, independará do despacho de qualquer autoridade e deverá ser feita no prazo de 48 (quarenta e oito) horas pelo servidor que a tenha recebido no protocolo da Câmara, sob pena de suspensão, sem vencimentos, pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 17. A Câmara Municipal enviará ao reclamante cópia da correspondência que encaminhou ao Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

SEÇÃO V DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS (ARTS. 18 A 23)

Art. 18. Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores serão fixados em parcela única, cujo valor será determinado em moeda corrente do país até o último dia útil do último ano da Legislatura, vigorando até a legislatura seguinte, por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, obedecido em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI, da Constituição Federal.

(Nova redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024)

Art. 19. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores atenderão ao disposto no artigo 18, vedado acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidos os seguintes critérios:

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

§ 1º O subsídio do Prefeito corresponderá a 75%(setenta e cinco por cento) do subsídio percebido pelo Governador do Estado.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

§ 2º Os subsídios do Vice-Prefeito e Secretários Municipais corresponderão a 75%(setenta e cinco por cento) do subsídio a ser percebido pelo Prefeito Municipal.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

§ 3º Os subsídios de que trata este artigo serão atualizados com a periodicidade estabelecida na lei fixadora.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

§ 4º Fixados os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, será a lei enviada ao Tribunal de Contas do Estado, para registro, antes do término da legislatura.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

Art. 20. O subsídio dos Vereadores corresponderá a, no máximo, 75%(setenta e cinco por cento) do subsídio percebido pelos Deputados Estaduais, não podendo ultrapassar a 5%(cinco por cento) da Receita do Município.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

§ 1º Fica autorizado o pagamento aos Vereadores de valores não integrantes da sua remuneração, em razão de desempenhos de trabalhos e participações em convocação extraordinária.

(Nova redação dada pela Emenda nº 001, de 19 de outubro de 2006.)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

— Educação na Antiguidade

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

— **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

— **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

— **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada

a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

— **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.

Roma Antiga

A educação romana foi fortemente influenciada pela cultura grega, mas era mais pragmática, voltada para a formação de cidadãos capazes de contribuir para o império. A educação romana focava no ensino do direito, da oratória e da administração.

— **Influência Grega:** Os romanos adotaram muitos aspectos da educação grega, mas adaptaram a filosofia educacional para atender às necessidades do império. A educação visava preparar cidadãos para desempenhar funções administrativas, militares e jurídicas. A partir do período republicano, famílias ricas contratavam preceptores gregos para ensinar seus filhos, e o latim e o grego eram idiomas fundamentais na formação da elite.

— **Formação de Cidadãos e Líderes:** A educação romana para os meninos era dividida em três etapas: o ensino básico, ministrado por um *ludi magister* (mestre de escola), em que se aprendiam leitura, escrita e aritmética; o ensino médio, onde se estudavam gramática e literatura; e o ensino superior, onde se aprendia oratória e retórica, essenciais para quem pretendia ingressar na política ou no direito. A retórica era particularmente valorizada, e figuras como Cícero são exemplos do ideal de cidadão eloquente e bem-informado, capaz de influenciar a vida pública.

— **Educação das Mulheres:** Em geral, as mulheres romanas recebiam pouca educação formal, com foco no aprendizado doméstico e nas habilidades necessárias para gerenciar uma casa. As exceções ficavam por conta de famílias mais abastadas que valorizavam o aprendizado cultural.

A educação romana reforçava valores como a disciplina, a virtude e o serviço ao Estado, aspectos que sustentaram a coesão e a expansão do império romano.

A educação na Antiguidade reflete as necessidades e valores de cada sociedade, moldando cidadãos conforme os interesses da elite e dos governantes. Na Mesopotâmia e no Egito, o ensino era reservado a poucos, visando atender à administração religiosa e estatal.

Na Grécia, surge a valorização do desenvolvimento humano e da cidadania, especialmente em Atenas, enquanto Esparta focava na formação militar. Em Roma, a educação combinava influências gregas com uma perspectiva pragmática voltada para a administração do império e a oratória.

Esses modelos educacionais antigos foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que se expandiriam nos períodos posteriores e influenciam, de forma direta e indireta, a educação ocidental até hoje. A herança desses sistemas educacionais está presente na valorização da oratória, no desenvolvimento da filosofia, no conceito de cidadania e na disciplina e valorização do conhecimento como ferramenta de poder e controle.

— Educação na Idade Média

A Idade Média (aproximadamente do século V ao XV) foi um período de intensa influência religiosa sobre a sociedade europeia, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na preservação e transmissão do conhecimento.

Durante essa época, a educação era controlada quase exclusivamente por instituições religiosas, e os métodos pedagógicos visavam essencialmente formar o clero e as elites, mantendo o conhecimento acessível apenas a uma parcela restrita da população.

Esse período, conhecido por muitos como “Idade das Trevas” pela visão restritiva em relação ao conhecimento científico, também viu o surgimento das primeiras universidades, estabelecendo as bases para a educação formal que se desenvolveria posteriormente.

Escolas Monásticas e Catedrais

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, sendo operadas e supervisionadas pela Igreja Católica. Essas escolas tinham um forte foco religioso e eram voltadas à formação do clero.

– **Escolas Monásticas:** Desde o início da Idade Média, os mosteiros serviram como centros de educação e preservação do conhecimento. Monges beneditinos, em particular, desempenharam um papel essencial, seguindo a regra de São Bento, que previa a prática do trabalho manual e do estudo religioso. Nos mosteiros, o ensino era limitado à leitura, à escrita e ao latim, com ênfase na cópia de manuscritos, o que ajudou a preservar obras clássicas da Antiguidade, embora o foco fosse na teologia e nos textos sagrados.

– **Escolas Catedrais:** A partir do século IX, escolas começaram a ser estabelecidas junto às catedrais, especialmente após a reforma educacional promovida por Carlos Magno no Sacro Império Romano. Essas escolas eram ligadas diretamente à Igreja e destinadas à formação de padres e à educação de filhos de nobres. Nas escolas catedrais, os currículos eram baseados no

trivium (gramática, retórica e lógica) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que eram os componentes das chamadas artes liberais, um modelo de conhecimento herdado da Antiguidade e considerado essencial para a formação de um clérigo ou de um membro da elite.

Essas escolas cumpriram um papel importante na preservação do conhecimento, ainda que o ensino fosse limitado e geralmente reservado aos que tinham ligação com a Igreja ou com a aristocracia.

Universidades Medievais

A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades na Europa, estabelecendo uma nova estrutura educacional mais ampla e organizada. As universidades medievais tinham como base as escolas catedrais, mas rapidamente se tornaram independentes, abrindo espaço para o ensino de uma variedade de disciplinas.

– **Origem e Desenvolvimento:** As primeiras universidades foram fundadas em cidades como Bolonha, Paris e Oxford, com o objetivo de sistematizar o ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes regiões e origens sociais pudessem estudar juntos. Essas universidades surgiram a partir da necessidade de uma estrutura mais organizada de ensino, especialmente para disciplinas como Direito, Teologia e Medicina, que tinham grande demanda na época.

– **Estrutura e Organização:** As universidades medievais eram organizadas em faculdades, cada uma responsável por uma área de conhecimento. Entre as principais faculdades, estavam as de Artes, Teologia, Direito e Medicina. Em geral, os estudantes ingressavam pela Faculdade de Artes, onde estudavam as artes liberais, antes de prosseguir para faculdades mais especializadas. A Faculdade de Teologia era especialmente prestigiada, devido à sua conexão com a Igreja, e exigia muitos anos de estudo e formação rigorosa.

– **Método de Ensino:** O método pedagógico predominante era a leitura e interpretação de textos, especialmente de obras de autores clássicos e textos religiosos. A relação entre professor e aluno era hierárquica, e o aprendizado envolvia muita memorização. Havia também o método da disputa, em que temas eram debatidos em público, permitindo que os estudantes desenvolvessem habilidades retóricas e argumentativas.

As universidades medievais foram essenciais para a consolidação do ensino superior na Europa e influenciaram a formação de profissionais e pensadores, preparando o terreno para a expansão intelectual que marcaria o Renascimento.

Escolástica

A escolástica foi o principal método filosófico e pedagógico da Idade Média, fundamentando-se no diálogo entre a fé e a razão. Esse método, impulsionado principalmente por teólogos e filósofos católicos, buscava harmonizar as crenças religiosas com a lógica e a filosofia, particularmente a filosofia de Aristóteles.

– **Origens e Principais Representantes:** A escolástica surgiu a partir do século IX, mas ganhou destaque entre os séculos XII e XIII, com pensadores como Santo Anselmo, Pedro Abelardo e Santo Tomás de Aquino. Esse último é considerado um dos maiores expoentes da escolástica, especialmente por sua obra *Suma Teológica*, na qual buscou conciliar o pensamento aristotélico com os princípios do cristianismo.

– **Método Escolástico:** O método escolástico consistia em expor questões ou temas e, em seguida, apresentar argumentos pró e contra, para então chegar a uma conclusão. O objetivo era formar uma síntese racional e coerente entre as Escrituras e a filosofia. Nas universidades medievais, o método escolástico era amplamente utilizado em debates acadêmicos e nas aulas de Teologia e Filosofia, e os textos de Aristóteles eram amplamente estudados e interpretados à luz da fé cristã.

– **Influência e Crítica:** A escolástica foi importante para o desenvolvimento do pensamento crítico e da lógica na Idade Média, mas também recebeu críticas por seu caráter rígido e pela excessiva ligação com a Igreja. No entanto, foi a base para a filosofia medieval e ajudou a introduzir um rigor lógico que influenciou profundamente a educação superior.

A escolástica foi um dos métodos educacionais mais influentes na Idade Média, moldando a pedagogia e o pensamento da época, embora viesse a ser superada pela expansão do racionalismo e do empirismo nos séculos posteriores.

A educação na Idade Média estava diretamente associada à Igreja, que mantinha controle sobre o ensino e sobre o acesso ao conhecimento. As escolas monásticas e catedrais permitiram a preservação de textos clássicos e a formação de líderes religiosos e membros da nobreza, enquanto as universidades surgiram como centros de saber mais complexos, organizados em faculdades e com currículos especializados. A escolástica, por sua vez, representou o método pedagógico dominante, marcado pela tentativa de harmonizar a fé cristã com a razão filosófica.

Apesar das limitações impostas pela visão restritiva de conhecimento, a Idade Média estabeleceu importantes fundações para a educação ocidental. As universidades e a metodologia escolástica são heranças que permanecem na estrutura educacional moderna, evidenciando que, embora marcada por forte religiosidade, a educação medieval também proporcionou avanços que seriam essenciais para o desenvolvimento da ciência e do pensamento crítico nas eras seguintes.

— Educação na Idade Moderna

A Idade Moderna, período que se estende do século XV ao XVIII, trouxe grandes transformações para a educação, impulsionadas por eventos marcantes como o Renascimento, a Reforma Protestante e o Iluminismo. Durante essa época, o pensamento racional, a ciência e o questionamento de tradições religiosas e políticas ganham espaço.

Essas mudanças foram fundamentais para que a educação deixasse de ser exclusivamente religiosa, tornando-se um meio de desenvolvimento intelectual, moral e social mais amplo.

Renascimento: A Redescoberta do Conhecimento Clássico

O Renascimento, movimento cultural que teve início na Itália no século XIV e se expandiu pela Europa, resgatou o conhecimento e os valores da Antiguidade clássica, enfatizando a valorização do ser humano e da razão. Esse período trouxe um novo modelo educacional, mais voltado para as artes, as ciências e o desenvolvimento integral do indivíduo.

– **Humanismo e Educação:** O humanismo, corrente filosófica que valorizava o potencial e a dignidade humana, foi o principal pilar do Renascimento. Humanistas como Erasmo de Roterdã e Thomas More defendiam uma educação baseada nas artes liberais, que incluíam gramática, retórica, poesia, história,

filosofia e moral. Esse currículo foi inspirado nos antigos gregos e romanos e visava a formação de um “homem completo”, ou seja, com pensamento crítico, domínio das artes e interesse pelo conhecimento.

– **Escolas Humanistas:** Inspiradas pelo ideal humanista, as escolas passaram a ensinar disciplinas voltadas para o desenvolvimento intelectual e artístico, além da formação moral. Esse modelo se afastava do ensino religioso dogmático, dando maior importância a uma formação laica e racional. Autores clássicos como Cícero, Platão e Aristóteles voltaram a ser estudados e interpretados, incentivando a reflexão filosófica e a ciência.

– **Impacto na Educação:** A educação renascentista trouxe uma visão antropocêntrica, na qual o ser humano era o centro das preocupações e o conhecimento deveria expandir o potencial humano. Esse modelo influenciou profundamente as práticas pedagógicas, que passaram a valorizar a criatividade, o debate e o pensamento crítico.

A herança renascentista foi fundamental para a abertura da educação para além das questões religiosas, incentivando o estudo científico e as artes como ferramentas de desenvolvimento humano e social.

Reforma Protestante e Contrarreforma

A Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero em 1517, foi um movimento de ruptura com a Igreja Católica que buscava transformar aspectos doutrinários e organizacionais do cristianismo. A Reforma estimulou o surgimento de escolas e a valorização da alfabetização, enquanto a Contrarreforma, por parte da Igreja Católica, também trouxe mudanças educacionais para responder ao avanço do protestantismo.

– **Educação na Reforma Protestante:** Martinho Lutero defendia que todos deveriam ter acesso direto à Bíblia, o que exigia que cada fiel fosse capaz de ler. Isso incentivou a alfabetização e a criação de escolas paroquiais e comunitárias para ensino da leitura e da interpretação dos textos sagrados. A educação na Reforma Protestante, especialmente em países como Alemanha e Suíça, enfatizava o ensino básico para todas as crianças, independente de classe social, sendo pioneira na ideia de educação universal. As igrejas protestantes tomaram a frente na criação de escolas em várias regiões da Europa.

– **Contrarreforma e os Jesuítas:** Em resposta ao crescimento do protestantismo, a Igreja Católica lançou a Contrarreforma, que incluía esforços educacionais intensos. Em 1540, a Ordem dos Jesuítas foi fundada com o propósito de reafirmar o catolicismo, e uma de suas principais missões foi a criação de colégios jesuítas. Esses colégios se destacaram pela qualidade do ensino, com currículos rigorosos e métodos pedagógicos inovadores que incluíam o estudo das artes liberais, línguas e ciências.

– **Impacto na Educação:** A Reforma e a Contrarreforma promoveram uma expansão significativa das instituições educacionais na Europa. Enquanto o protestantismo impulsionou o acesso à educação básica, a Igreja Católica, através dos jesuítas, consolidou um sistema educacional estruturado e de alto nível que formaria a elite intelectual e religiosa católica.

Esse período estabeleceu a ideia de que a educação era essencial para a formação moral e religiosa da sociedade, além de contribuir para o surgimento de sistemas escolares em várias partes da Europa.

Iluminismo: Racionalidade e Educação para a Cidadania

O Iluminismo, movimento intelectual do século XVIII, promoveu uma visão racional e científica do mundo, defendendo o progresso, a liberdade e os direitos humanos. Os pensadores iluministas criticavam a influência da Igreja e dos governos absolutistas, defendendo uma educação que desenvolvesse a autonomia e a cidadania.

– **Conceito de Educação Iluminista:** Para os iluministas, a educação deveria ser um direito de todos e uma ferramenta para emancipar o indivíduo. O filósofo John Locke defendia que o conhecimento era obtido através da experiência e da observação, rejeitando as doutrinas tradicionais da época. Rousseau, em sua obra Emílio, ou Da Educação, propôs uma educação natural, que respeitasse o desenvolvimento espontâneo da criança, priorizando a aprendizagem pelo contato com o ambiente e a prática.

– **Educação e Cidadania:** Filósofos como Montesquieu e Voltaire defendiam que a educação deveria promover o pensamento crítico, capacitando o indivíduo para participar ativamente da vida política. Essa visão estava diretamente relacionada com o ideal de formar cidadãos autônomos e racionais, que poderiam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

– **Avanços Científicos e Educação:** O Iluminismo também incentivou o ensino de ciências e a valorização do método experimental. Houve uma intensificação na fundação de academias científicas e escolas técnicas, e o ensino passou a incluir disciplinas como Física, Química e Biologia, preparando indivíduos para uma sociedade cada vez mais voltada para a inovação e o progresso tecnológico.

O Iluminismo deixou um legado importante, pois defendeu uma educação pública e laica, voltada para o desenvolvimento da razão, da cidadania e da liberdade individual.

A educação na Idade Moderna marcou uma transição significativa do controle exclusivo da Igreja para um modelo mais aberto e diversificado, refletindo o avanço de uma sociedade em transformação. O Renascimento incentivou o retorno ao conhecimento clássico e a valorização do ser humano como centro do aprendizado. A Reforma Protestante e a Contrarreforma católica impulsionaram a expansão das escolas e da alfabetização, consolidando a importância da educação para a formação moral e religiosa da sociedade. Por fim, o Iluminismo trouxe uma visão racional e científica da educação, propondo uma formação que preparasse o indivíduo para a autonomia e para a participação cidadã.

Esses movimentos moldaram as bases para o desenvolvimento do ensino como o conhecemos, promovendo uma educação que, cada vez mais, buscava a formação integral do indivíduo e a valorização do conhecimento científico. A herança desse período, como a valorização da ciência, a busca pela autonomia e a educação para a cidadania, influenciou profundamente a educação contemporânea e continua a ser um alicerce das práticas pedagógicas atuais.

– **Educação na Idade Contemporânea**

A Idade Contemporânea, que se inicia no final do século XVIII e se estende até os dias atuais, é caracterizada por grandes transformações políticas, sociais e tecnológicas, que redefiniram o papel da educação na sociedade. Esse período inclui eventos de grande impacto, como a Revolução Industrial, a consolidação dos Estados-Nação, as revoluções científicas e as lutas pelos direitos civis.

Em resposta a essas mudanças, a educação foi se tornando cada vez mais democrática, com avanços significativos no acesso, na metodologia e na valorização da educação como um direito universal.

Expansão e Democratização do Ensino

A partir do século XIX, os governos começaram a se envolver mais diretamente na organização e regulamentação da educação, promovendo políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino e sua democratização.

– **Educação Pública e Gratuita:** Com a Revolução Industrial e a necessidade de mão de obra qualificada, muitos países ocidentais passaram a investir na educação pública. Modelos de educação gratuita, como o prussiano, tornaram-se referência para outros países. No século XIX, a educação básica obrigatória começou a ser implementada em vários lugares, visando reduzir o analfabetismo e promover uma força de trabalho mais qualificada.

– **Educação como Direito Fundamental:** A consolidação da educação como direito fundamental foi reforçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”. Essa visão contribuiu para o avanço de políticas de inclusão, voltadas para reduzir as desigualdades educacionais e assegurar que crianças de todas as origens sociais pudessem ter acesso à escola.

– **Expansão da Educação Secundária e Superior:** No século XX, o ensino médio e o ensino superior se expandiram, atendendo a um número crescente de estudantes. Diversos países criaram universidades públicas e ampliaram o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, como forma de atender às demandas de sociedades cada vez mais tecnológicas e urbanizadas.

Essa expansão permitiu que a educação se tornasse uma ferramenta de mobilidade social e foi essencial para o desenvolvimento das economias nacionais e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Teorias Pedagógicas Modernas e Contemporâneas

Na Idade Contemporânea, o surgimento de novas teorias pedagógicas revolucionou o ensino e a aprendizagem. Essas teorias enfatizaram o papel do aluno como sujeito ativo e a necessidade de métodos mais dinâmicos e centrados no indivíduo.

– **Pedagogia Progressista e o Pragmatismo de John Dewey:** John Dewey foi um dos pioneiros da pedagogia progressista. Ele defendia uma educação baseada na experiência, onde o aprendizado deveria estar conectado com a vida real dos alunos. Segundo Dewey, o conhecimento se constrói através da interação entre o indivíduo e o ambiente, e o processo educacional deveria incentivar a investigação e a solução de problemas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor I - Educação Física

O CURRÍCULO ESCOLAR, A PRÁTICA EDUCATIVA E A FUNÇÃO PEDAGÓGICA

O currículo escolar é o instrumento que organiza e orienta as ações pedagógicas no ambiente educacional, funcionando como um guia para a seleção de conteúdos, métodos e estratégias de ensino. Na Educação Física, a definição curricular é fundamental, pois garante que a área seja tratada como um componente obrigatório, alinhado aos princípios educacionais e ao desenvolvimento integral dos alunos.

► Conceitos Fundamentais de Currículo

O currículo é entendido como o conjunto de saberes, valores e práticas planejados e organizados para o processo educativo em uma instituição. Ele não se limita a uma lista de conteúdos, mas envolve:

- **Dimensão cultural:** valorização dos saberes socialmente construídos.
- **Dimensão política:** compromisso com a formação de cidadãos críticos e reflexivos.
- **Dimensão pedagógica:** seleção de conteúdos e métodos que promovam a aprendizagem significativa.

Na perspectiva crítica, o currículo é um espaço de disputa, onde diferentes visões de mundo influenciam a definição do que deve ser ensinado.

► Referenciais Legais e Orientações Curriculares

A Educação Física é orientada por diretrizes legais que garantem sua presença no currículo escolar. Entre os documentos mais relevantes estão:

- **Constituição Federal de 1988:** o artigo 205 estabelece a educação como um direito de todos e a Educação Física como parte desse direito.
- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96:** no artigo 26, § 3º, determina a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica.
- **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** a Educação Física é integrada à área de Linguagens, com competências específicas que promovem o desenvolvimento motor, social e cultural dos alunos.

Esses referenciais asseguram que a Educação Física não seja marginalizada no ambiente escolar, reforçando sua contribuição para a formação integral.

► A Educação Física como Componente Curricular Obrigatório

Integração no Currículo Escolar

A Educação Física, como componente curricular obrigatório, deve atender às seguintes diretrizes:

- **Articulação com outras áreas do conhecimento:** explorando temas transversais, como saúde, cultura corporal e cidadania.
- **Respeito às especificidades da faixa etária:** garantindo a adequação dos conteúdos às etapas da Educação Infantil, O, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Conteúdos Fundamentais

De acordo com a BNCC, os conteúdos de Educação Física são organizados em unidades temáticas, como:

- Jogos e brincadeiras.
- Esportes.
- Danças.
- Ginásticas.
- Lutas.
- Práticas corporais de aventura.

Esses conteúdos contemplam a diversidade cultural e social, promovendo uma abordagem ampla e inclusiva.

► Educação Física e Desenvolvimento Integral

O currículo da Educação Física está diretamente relacionado ao desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social dos alunos. Ele contribui para:

- **Aptidão física e saúde:** práticas que incentivam o movimento e o autocuidado.
- **Aprendizagem social:** cooperação, respeito e resolução de conflitos.
- **Apreciação cultural:** valorização de manifestações culturais, como danças e jogos tradicionais.

O currículo escolar oferece as bases para que a Educação Física seja planejada e implementada de forma sistemática e significativa. As orientações legais garantem sua obrigatoriedade e qualidade, enquanto os conceitos de currículo permitem que a área seja entendida como um espaço para o desenvolvimento integral dos alunos. A valorização de sua diversidade temática e metodológica é essencial para que a Educação Física contribua efetivamente para a formação de cidadãos ativos e conscientes.

A PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A prática educativa na Educação Física escolar é o momento em que os objetivos curriculares ganham vida no cotidiano das aulas. Trata-se de um processo que vai além do ensino de movimentos ou habilidades motoras, incorporando valores, competências sociais, culturais e cognitivas.

► **A Prática Educativa como Estratégia Pedagógica**

A prática educativa na Educação Física é uma ferramenta essencial para promover aprendizagens significativas. Ela abrange:

- **Planejamento:** organização de atividades alinhadas ao currículo e às necessidades dos alunos.
- **Contextualização:** adaptação dos conteúdos à realidade sociocultural dos estudantes.
- **Reflexão:** estímulo à análise crítica sobre o corpo, o movimento e as relações sociais.

As práticas devem ser inclusivas, respeitando a diversidade e incentivando a participação de todos os alunos.

► **A Diversidade de Conteúdos na Educação Física**

Abordagem Multidimensional:

A Educação Física oferece uma ampla gama de conteúdos que vão além da atividade física, incluindo:

- **Movimento e habilidades motoras:** desenvolvimento das capacidades corporais.
- **Saúde e qualidade de vida:** hábitos saudáveis e prevenção de doenças.
- **Dimensão cultural:** práticas como danças, jogos tradicionais e esportes regionais.
- **Expressão e criatividade:** exploração do corpo como meio de comunicação e arte.

Conteúdos Temáticos:

Conforme a BNCC, os conteúdos na Educação Física podem ser organizados em ****unidades temáticas****, tais como:

- **Esportes:** desenvolvimento técnico e tático, além de valores como cooperação e respeito.
- **Jogos e brincadeiras:** especialmente relevantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- **Ginásticas:** desde práticas tradicionais até as alternativas, como yoga e pilates.
- **Lutas:** exploração de diferentes estilos, promovendo o controle emocional e a disciplina.
- **Dança:** valorização de manifestações culturais e expressão corporal.

► **Metodologias de Ensino e Aprendizagem**

Métodos Tradicionais e Inovadores:

Os métodos utilizados nas aulas de Educação Física variam conforme os objetivos pedagógicos:

- **Método tradicional:** focado na repetição de movimentos e desenvolvimento técnico.
- **Método construtivista:** valorização da experiência prévia do aluno e aprendizagem ativa.
- **Metodologias ativas:** uso de jogos, desafios e problematizações que engajam os alunos.

Estratégias para uma Educação Física Inclusiva:

A prática educativa deve ser planejada para atender a todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações. Estratégias incluem:

- Adaptação de atividades para estudantes com deficiência.
- Uso de jogos cooperativos, em vez de competitivos, para promover integração.
- Incentivo à autonomia e ao protagonismo dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

► **Desafios na Prática Educativa**

Os professores de Educação Física enfrentam uma série de desafios para implementar práticas educativas eficazes, tais como:

- **Infraestrutura inadequada:** falta de equipamentos ou espaços apropriados.
- **Formação docente:** necessidade de atualização contínua para lidar com novas demandas pedagógicas.
- **Desmotivação dos alunos:** superação da visão da Educação Física como uma “aula de recreação”.
- **Inclusão:** atender às necessidades de alunos com diferentes perfis e capacidades.

A prática educativa na Educação Física escolar é um espaço privilegiado para o desenvolvimento integral dos alunos. Por meio de conteúdos variados e metodologias adequadas, os professores podem estimular a aprendizagem motora, cognitiva e social, sempre considerando a inclusão e a valorização da diversidade.

Apesar dos desafios, é fundamental que os educadores utilizem estratégias criativas e inovadoras para engajar os alunos e tornar a Educação Física uma experiência significativa.

A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A função pedagógica da Educação Física vai além do desenvolvimento de habilidades motoras; ela abrange a formação integral do aluno, promovendo aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Nesse sentido, a Educação Física desempenha um papel essencial na construção de valores, atitudes e conhecimentos que contribuem para a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade.

► **A Educação Física como Agente do Desenvolvimento Integral**

Aspectos do Desenvolvimento Humano:

A função pedagógica da Educação Física se baseia no entendimento de que o ser humano é multidimensional. Assim, as aulas devem considerar:

- **Dimensão motora:** aprimoramento das habilidades motoras e coordenação.
- **Dimensão cognitiva:** desenvolvimento do pensamento crítico, resolução de problemas e compreensão de conceitos como saúde e cultura corporal.
- **Dimensão afetiva e social:** promoção de valores como cooperação, empatia e respeito às diferenças.

Integração com Outras Áreas:

A Educação Física pode articular-se com outros componentes curriculares, promovendo a interdisciplinaridade e abordando temas transversais, como sustentabilidade, cidadania e diversidade cultural.

► Promoção da Inclusão e Diversidade

A Educação Física, ao valorizar a prática corporal em suas diferentes manifestações, é um espaço privilegiado para trabalhar a inclusão e o respeito à diversidade.

- **Inclusão de alunos com deficiência:** adaptação de atividades para garantir a participação de todos.

- **Valorização das culturas locais:** inclusão de danças, jogos e práticas corporais tradicionais de diferentes regiões.

- **Combate à discriminação:** conscientização sobre questões de gênero, raça e etnia no contexto esportivo e corporal.

Essa abordagem reforça o compromisso da Educação Física com a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

► Formação de Cidadãos Críticos e Participativos

Desenvolvimento de Competências Críticas:

A Educação Física, por meio de discussões e reflexões, pode ajudar os alunos a:

- Questionar padrões de beleza impostos pela sociedade.
- Compreender os impactos do sedentarismo e da prática esportiva para a saúde.
- Analisar as relações de poder e desigualdade no esporte e na cultura corporal.

Estímulo à Participação Social:

Por meio de atividades que envolvem cooperação, organização de eventos esportivos e debates, a Educação Física fomenta:

- O protagonismo juvenil.
- O trabalho em equipe.
- O senso de responsabilidade social e comunitária.

► Contribuições para a Qualidade de Vida

A função pedagógica da Educação Física está intimamente ligada à promoção da saúde e da qualidade de vida.

- **Educação para a saúde:** desenvolvimento de hábitos saudáveis relacionados à prática de atividades físicas, alimentação equilibrada e cuidado com o corpo.

- **Prevenção de doenças:** conscientização sobre o impacto do sedentarismo e incentivo ao exercício regular.

- **Bem-estar emocional:** atividades que promovem relaxamento, diversão e equilíbrio emocional.

Esses aspectos são fundamentais para preparar os alunos para enfrentar os desafios da vida moderna.

► Os Valores Transmidos pela Educação Física

A Educação Física é um espaço para a construção e transmissão de valores éticos e morais, tais como:

- Respeito às regras e aos colegas.
- Fair play (jogo limpo) e honestidade.
- Perseverança e superação de desafios.
- Cooperação e solidariedade.

Esses valores ultrapassam o âmbito escolar, impactando a vida pessoal e social dos alunos.

A função pedagógica da Educação Física é essencial para a formação integral dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social. Ao abordar temas como saúde, diversidade, ética e cidadania, ela se consolida como um componente curricular que prepara os estudantes para a vida em sociedade.

O compromisso com a inclusão, a interdisciplinaridade e a promoção de valores éticos reafirma o papel da Educação Física na construção de uma educação de qualidade.

PLANEJAMENTO, PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Planejamento

A administração e o planejamento educacional são essenciais para a eficácia e eficiência das instituições de ensino. Essas áreas abrangem uma série de atividades que garantem que os recursos educacionais sejam utilizados da melhor maneira possível para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos. Esta exploração detalhada aborda os fundamentos, os desafios e as estratégias inovadoras no campo da administração e planejamento educacional.

Fundamentos da Administração Educacional

A administração educacional foca na gestão eficaz das escolas e outras instituições de ensino. Isso inclui a supervisão de professores e outros funcionários, a gestão de recursos (como finanças e materiais didáticos), e a implementação de políticas educacionais que promovam um ambiente de aprendizagem produtivo. Um administrador educacional eficaz deve possuir competências em liderança, gestão de conflitos, comunicação e planejamento estratégico.

Planejamento Educacional

O planejamento educacional envolve a definição de objetivos de longo e curto prazo e a elaboração de estratégias para alcançá-los. Isso pode incluir a implementação de novos currículos, a adoção de tecnologias educacionais, a reformulação de políticas de avaliação e a melhoria das infraestruturas escolares. O planejamento eficaz é preditivo e adaptativo, capaz de responder às mudanças nas demandas educacionais e às variáveis externas, como mudanças políticas, sociais ou econômicas.

Desafios na Administração e Planejamento Educacional

- **Adaptação às Novas Tecnologias:** Integrar tecnologia de maneira eficaz no ambiente educacional continua a ser um desafio, especialmente em escolas com recursos limitados.

- **Diversidade e Inclusão:** Administrar e planejar programas educacionais que atendam às necessidades de uma população estudantil diversificada exige uma compreensão profunda e sensibilidade às variadas experiências e backgrounds dos alunos.

- **Políticas Públicas e Financiamento:** As mudanças nas políticas governamentais e as limitações de financiamento podem afetar significativamente o funcionamento e a qualidade das instituições educacionais.

Estratégias para Melhorar a Administração e o Planejamento Educacional

– **Formação e Desenvolvimento Profissional Contínuo:** Investir na formação contínua de professores e administradores para assegurar que estão equipados com as mais recentes competências pedagógicas e de gestão.

– **Participação Comunitária:** Envolver a comunidade local na tomada de decisões educacionais pode ajudar a garantir que o planejamento educacional atenda às necessidades locais e ganhe o apoio público necessário para sua implementação.

– **Avaliação e Feedback:** Implementar sistemas de avaliação robustos que permitam o monitoramento regular do progresso em relação aos objetivos educacionais estabelecidos e ajustar as estratégias conforme necessário.

– **Sustentabilidade:** Planejar com uma visão de sustentabilidade para garantir que as iniciativas educacionais possam ser mantidas a longo prazo, independentemente das mudanças nas condições de financiamento ou políticas.

Administração e planejamento educacional são cruciais para a realização dos objetivos educacionais de qualquer sociedade. Eles envolvem uma complexa interação de habilidades de gestão, conhecimento pedagógico e sensibilidade às condições socioeconômicas e culturais. Um planejamento cuidadoso e uma administração eficaz podem transformar a experiência educacional, tornando-a mais inclusiva, eficaz e adaptativa às necessidades dos alunos e das comunidades que serve.

Projeto de ensino-aprendizagem

Desenvolver o ensino-aprendizagem por meio de projetos é uma proposta que faz parte das orientações metodológicas de várias áreas do ensino fundamental e da educação infantil. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais ao abordarem, respectivamente, o eixo Natureza e Sociedade, e a área de Ciências Naturais, destacam a importância do trabalho com projetos. Outros documentos curriculares do Estado e do município de São Paulo também apresentam exemplos de conteúdos que podem ser desenvolvidos através de projetos.

O projeto de ensino – que também poderíamos chamar de projeto didático ou projeto de trabalho – deve ser entendido como uma proposta de organização e desenvolvimento dos conteúdos com participação dos alunos no processo de construção do conhecimento. O papel do professor é propor problemas e orientar os alunos na busca da solução. Já o do aluno é participar da construção do conhecimento por meio da pesquisa.

Em linhas gerais, o processo de investigação que caracteriza esta metodologia de ensino inclui as seguintes etapas: situações que possam gerar problemas adequados ao nível cognitivo das crianças; discussão das perguntas e hipóteses dos alunos, de forma a estabelecer um direcionamento para a ação; elaboração de projetos e experimentos com a participação efetiva dos alunos; coleta de informações através de diferentes recursos, inclusive por meio de atividades práticas que, sempre que possível, devem envolver controle experimental; condições para a discussão coletiva e o registro das informações, com utilização de diferentes técnicas e apresentação dos resultados finais – conclusão do projeto ou produto final.

Ensinar ciências, por meio de projetos é, portanto, um procedimento de ensino que apresenta um ponto de partida – a questão do aluno ou do professor –, mas tem uma dinâmica de trabalho que depende do envolvimento do aluno. Nesta disciplina, o trabalho proposto aos alunos do curso de Pedagogia é o de organizar os recursos necessários para propor e desenvolver o projeto de ensino. Trata-se da parte do projeto que, no Caderno de Didática, Inforsato e Santos (2011, p. 98) chamaram de organizar a atividade docente e que inclui, entre outros aspectos:

[...] buscar material para a realização do projeto; estudar para preparar o tema e orientar os alunos; desenvolver formas de envolver os componentes do grupo; mostrar a importância do tema para o grupo, com vistas ao mundo atual; manter uma constante postura de avaliação processual e formativa; e desenvolver permanente atitude de planejamento, partindo do que foi feito para o que deve ser realizado.

No desenvolvimento do projeto será possível articular os aspectos metodológicos e os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais de algumas áreas que caracterizam a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Em função do tempo disponível e da necessidade de uma orientação aos alunos do curso, os temas dos projetos serão escolhidos a partir de uma lista que estará disponível na plataforma do curso. A opção por um tema diferente dos propostos será discutida com os Orientadores de Disciplina de cada Polo.

Um dos objetivos mais relevantes dessa proposta é propiciar aos professores a vivência de produção de conhecimento escolar. Tal perspectiva relaciona-se a um dos princípios norteadores do projeto pedagógico desse curso: formar um professor reflexivo. Em nossa concepção, a formação dos professores para a produção de seus próprios materiais objetiva, fundamentalmente, oferecer-lhes possibilidade de planejar (ou seja, decidir) sobre suas próprias ações. Assim, o processo de seleção e/ou produção de material deve ser acompanhado de análise sobre: o próprio processo – incluindo as concepções de ciência, tecnologia e educação, implícitas ou explícitas –; a prática pedagógica nas escolas; a utilização de diferentes atividades em sala de aula; o significado das mesmas na aprendizagem.

Também é importante destacar que o conceito de produção não significa fazer algo totalmente novo. No caso específico do trabalho que estamos propondo, em que é fundamental buscar a participação efetiva dos alunos da escola na construção do conhecimento, a seleção e a adequação de materiais aos objetivos de ensino com tal característica constituem-se em atividades muito importantes para formação profissional. O ensino de Ciências acumulou, ao longo dos anos, um significativo acervo de propostas para o trabalho de sala de aula que pode ser ponto de partida para melhorias substanciais na formação dos alunos da educação básica. Conhecer tais propostas, saber avaliá-las, selecionar e adequar as que podem contribuir para uma aprendizagem mais significativa é parte fundamental da formação docente.